

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 14 de novembro de 2019 às 08h00
Seleção de Notícias

Folha.com | BR

Patentes

Universidades federais lideram depósitos de patentes em 2018 -	3
---	----------

FILIPPE OLIVEIRA

G1 - Globo | BR

Pirataria

Destruição de 320 toneladas de cigarros contrabandeados começa em Foz do Iguaçu	4
--	----------

NSC Total | SC

Marco regulatório | INPI

Embrapii faz acordo com o INPI e outras notícias	5
---	----------

ESTELA BENETTI

Migalhas | BR

13 de novembro de 2019 | Marco regulatório | INPI

Levando o INPI a sério	6
-------------------------------------	----------

PEDRO MARCOS NUNES BARBOSA

Universidades federais lideram depósitos de patentes em 2018 -

Últimas notícias São Paulo

Invenção? Seis entre os dez maiores depositantes de **patentes** no Brasil em 2018 foram universidades federais. Duas do mesmo estado ocupam o topo do ranking, as federais da Paraíba (94 **patentes**) e Campina Grande (82). A única empresa que aparece na lista é a Petrobras, na quarta posição, com 54 pedidos.

Empurrão Para aumentar a participação do setor privado, o instituto formaliza parceria com a Embrapii nesta quinta (14) para incentivar o o patenteamento

de invenções de startups.

Leia a coluna na íntegra aqui.

Painel S.A.

Jornalista, Joana Cunha é formada em administração de empresas pela FGV-SP. Foi repórter de Mercado e correspondente da Folha em Nova York.

Filipe Oliveira

Destruição de 320 toneladas de cigarros contrabandeados começa em Foz do Iguaçu

Trabalho deve demorar um mês e meio para ser concluído; comboio de caminhões com o produto contrabandeado começou a chegar ao local de destruição nesta quarta-feira (13).

Comboio de cigarros contrabandeados chegou hoje (13) em Foz do Iguaçu

A Receita Federal e o Fórum Nacional Contra a **Pirataria** e a Ilegalidade começaram a destruir cigarros contrabandeados, nesta quarta-feira (13), em Foz do Iguaçu, no oeste do Paraná.

A carga, dividida em oito caminhões, estava armazenada em depósitos da Receita Federal de Bauru, em São Paulo. Somente nesta quarta-feira, foram entregues 130 toneladas na alfândega de Foz. Ao todo, 320 toneladas do produto serão transportadas.

Enfileirados e sob um forte esquema de segurança, os veículos carregaram mensagens contra a comercialização ilegal de cigarros.

O motivo da carga ser levada para o Paraná é porque a Receita Federal do estado tem os equipamentos adequados para fazer a destruição do material.

De acordo com o Fórum Nacional de Combate à **Pirataria**, 57% do produto consumido no país vem de contrabando. O crime, somente em evasão fiscal, deve provocar prejuízo de R\$ 12 bilhões esse ano ao Brasil.

Enfileirados e sob um forte esquema de segurança, os veículos trouxeram mensagens contra a comercialização ilegal de cigarros -PC

Especialistas e autoridades afirmam que o dinheiro

do contrabando de cigarros está ligado ao tráfico de drogas e a outros crimes violentos. Por isso, a importância dessas operações.

"Nós não podemos reclamar da violência e ao mesmo tempo financiar quem pratica essa violência, que é o crime organizado que vende esses cigarros em todo o país", disse Edson Vismona, presidente do Fórum.

As 320 toneladas de cigarros estão sendo armazenadas com outros cigarros contrabandeados apreendidos e guardados na Receita Federal em Foz do Iguaçu.

Destruição de 320 toneladas de cigarros começa em Foz do Iguaçu -PC

A estimativa é que somente para destruir o material de São Paulo vai ser necessário aproximadamente um mês e meio.

Os cigarros estão sendo processados em máquinas que separam os componentes, como o fumo, os filtros e o papel. Todo o material é reaproveitado. O tabaco triturado, por exemplo, vai para caldeiras de fábricas e as partes plásticas servem para fazer madeira ecológica.

"Estamos também subordinados a própria legislação de resíduos sólidos que prevê que seja dada a destinação correta a todos os resíduos gerados", explicou Hipólito Caplan, auditor fiscal e delegado adjunto da Receita de Foz.

A carga, dividida em oito caminhões, estava armazenada em depósitos da Receita Federal de Bauru, em São Paulo -PC

Embrapii faz acordo com o INPI e outras notícias

Os registros de patentes são os principais impulsionadores da competitividade de uma economia. Atentos a isso, a (Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial) e o (**Instituto** Nacional de Propriedade Industrial) assinam nesta quinta-feira, em São Paulo, um acordo de cooperação.

O objetivo é incentivar e ampliar o número de pedidos de patentes. O plano inclui medidas para acelerar as concessões de patentes, que têm processo longo, gerando muitas críticas de empresários. Inicialmente, o plano é impulsionar mais patentes a partir dos projetos das unidades Embrapii com indústrias. A Embrapii já apoiou mais de 800 projetos industriais.

O famoso curso de Engenharia Mecânica da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) ganhou segunda-feira (11 de novembro) a sua associação de ex-alunos. É a Alumni EMC, que reúne também ex-alunos da Engenharia de Materiais e pós-graduados das engenharias de Mecânica e Materiais.

A iniciativa foi do chefe do Departamento de Engenharia Mecânica, professor Sérgio Gargioni, para aproximar e promover trocas de experiências entre ex-alunos, que se tornaram professores, empresários, executivos ou profissionais que fazem a diferença no Brasil e no mundo.

Entre os ex-alunos estão o próprio Gargioni, o professor Carlos Alberto Schneider, o presidente do Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo Jefferson Oliveira Gomes e o vice-presidente sênior da Whirlpool global, Roberto Holthausen Campos.

A criação da Alumni EMC também foi com palestra de um ex-aluno, Ricardo Penteado, chefe de Operações de Pista da Renault nas disputas da Fórmula 1.

A tecnologia pode melhorar os controles de vendas e ajudar a humanizar mais o relacionamento com clientes. Para suprir essa demanda, o empresário Lidomar Bison, que cursou engenharia mecânica na UFSC e é ligado em soluções digitais, investiu no desenvolvimento de um sistema que mede o fluxo de lojas, dá indicadores sobre atendimento e outras informações. O novo sistema já é usado com eficácia tanto na rede Jbay, de Bison, quanto na Barbara K, loja de joias e óculos do Beiramar Shopping. Vanessa Mello, gerente da Barbara K, diz que o sistema é uma grata surpresa porque permite organizar todo o processo da loja e também o pós-venda.

Seguindo modelo europeu e americano, a empreendedora Ana Paula Calaes abriu em Florianópolis a Gera Emprego para conectar profissionais da área técnica com empresas que buscam esse tipo de trabalhador. A Gera Emprego conta com 70 empresas parceiras cadastradas e tem um banco de talentos com profissionais para as mais diversas áreas. A sócia de Ana Calaes é Renata Sá Fortes Régis. A empresa faz outras atividades em RH, como cursos de rápida empregabilidade e testes vocacionais.

De férias

Informo que entrei em férias e retorno dia 11 de dezembro. A você que acompanha o meu trabalho, muito obrigada, um forte abraço e até lá.

Levando o INPI a sério



Recentemente foi publicado importante acórdão¹ da lavra do STJ apontando a imperatividade da implementação de políticas públicas junto ao **INPI** que **maximizem** o quantitativo de servidores públicos. Para ser mais preciso, a **recomendação** do **obiter** dictum direcionou o leitor de que tal deve ser feito sem qualquer precarização dos elementos qualitativos de formação de tais profissionais - como forma **madura** de melhoria no enfrentamento do acúmulo de processos administrativos que aguardam julgamento. Trata-se (a carência de profissionais em número suficiente) de uma consideração sobre a **causa** de muitas 'doenças' sob o ponto de vista do serviço público para com o administrado.

Dialogando com tal ótica que, aliás, é de (bom) senso comum, em recente estudo² oficial do Instituto de Economia da UFRJ (oriundo do grupo de economia da inovação) colacionou-se dados assustadores sobre o quanto a mora na decisão dos pleitos de patente (ou seja, o efeito da **moléstia**) impacta as rubricas de abpi.empauta.com

compras públicas pela previsão do (inconstitucional³) parágrafo único do art. 40 da lei 9.279/96. Em apenas nove medicamentos para uso humano, objeto de pedidos de patente que demoraram a ser analisados, a dilatação do termo do domínio público gera custos extras ao erário na casa de R\$ 3,7 bilhões ao ano. Tal valor, **exempli** gratia, supera doze vezes o tamanho do déficit havido para o custeio das 80 mil bolsas de pós-graduação **stricto** sensu vinculadas ao CNPq⁴.

Além da cúpula do Judiciário e de estudo de pessoa jurídica de direito público vinculada ao Poder Executivo, o próprio Poder Legislativo tem sido um ambiente enriquecido de uma série de Projetos de Lei que visam ampliar a estrutura do INPI⁵.

Tal visão do Judiciário, do Executivo e do Legislativo não é uma coincidência: a omissão dos Poderes Constituídos (sob todas as matizes ideológicas que governaram o país desde a criação da autarquia Federal hoje vinculada ao Ministério da Economia) está a gerar uma conta altíssima. Podem ser enumerados nessa conta: (1) o desinteresse por parte de muitos agentes econômicos que estão a preferir o sistema de segredos; (2) o desinvestimento de algumas pessoas jurídicas de direito privado que poderiam considerar o Brasil como um destinatário de sua produção; (3) desincentivo à concorrência que aguarda ansiosamente a decisão de um processo administrativo de um pedido de patente depositado por outrem; e (4) um impacto direto no orçamento público quando um pedido (bem redigido) contendo lídima tecnologia acaba sendo concedido serodidamente, e os hiatos temporais de inexistibilidade licitatória (art. 25, I, da lei 8.666/93) se expandem no tempo.

O Brasil, portanto, é o país em que todos os agentes políticos de cúpula estão cientes do risco da pauperização de um serviço público de (alta) qualidade, bem como da profilaxia necessária a evitar uma crise ainda mais aguda do que a já sofrida. Os desafios que

apartam tais metas são igualmente conhecidos: (a) a crise econômica do momento; (b) algumas metas de **diminuição** do tamanho do Estado; (c) a necessidade de que todo o superávit (e é expressivo no caso do **INPI**) produzido pelas autarquias seja revestido no pagamento dos compromissos da União; (d) a carência de uma oferta substantiva de mestres e doutores⁶; e (e) a manutenção e expansão de um plano de subsídios que seja competitivo com a iniciativa privada que também quer profissionais com o mesmo gabarito intelectual-acadêmico que **disputaria** os concursos públicos do **INPI**.

Contudo, há um outro plano - e quiçá um outro país - em que as soluções implementadas para lidar com (i) o déficit de servidores; (ii) a hipertrofia dos prazos antes da decisão administrativa ser tomada; e (iii) o atraso concorrencial e de gastos públicos com as artificiais prorrogações de exclusividades; são particularmente **heterodoxas**.

Neste outro **plano**, truques de mágica e soluções criativas estão conquistando os aplausos dos **intermediários** I>; e entre tantas **ideias curiosas** ganham força algumas que se dispõem a (1) reduzir o controle dos instrumentos de mandato anexados nos processos administrativos; (2) manter preços públicos⁷ irrisórios constituindo uma espécie de subsídio "vale-empresário"; (3) ausência de um investimento suficiente na melhoria dos aparatos informáticos; (4) tolerância com alterações serôdias de quadros reivindicatórios e a conduta paternalística para com pedidos oriundos do exterior que sejam mal traduzidos; (5) erosão dos filtros qualitativos do exame, alterando-se de um empenho **ex ante**, para um provável controle **ex post**, a não ser que um terceiro ofereça subsídios ao exame; e (6) mera ratificação - quiçá pelo complexo de vira-lata que nos assola, segundo a narrativa de Nelson Rodrigues - de pesquisas e exames meritórios feitos no exterior.

Se a inflação de títulos - possivelmente - podres (mas contando com a **presunção** de validade dos atos administrativos) tem o benefício de **solucionar** o cog-

nominado **backlog**, há custos igualmente severos pagos pelos habitantes deste **plano** paralelo: (i) os depositantes de pedidos genuinamente bons (bem como o restante da população) poderão ser vítimas dos titulares de exclusivas **duvidosas**; (ii) a transferência do **fórum** de discussão da validade dos atos administrativos (do Executivo para o Judiciário) maximizará a Judicialização e os honorários dos causídicos do setor; e (iii) a abdicação da soberania e a possibilidade de conflito de interesses (em especial se se concretizar certos discursos de **delegação** à iniciativa privada do exame substantivo).

O Brasil (com sua carência de genuína cautela com a área estratégica da propriedade intelectual) jamais poderá se tornar a terra daquele **plano** paralelo imaginário que adota **soluções** populistas e popularescas de combate à mora administrativa à revelia da manutenção ou majoração da qualidade da decisão administrativa.

No ocaso da segunda década do século XXI é necessário resistir às tentações de **maquagem** e de **estatísticas** não-qualitativas como uma espécie de sebastianismo ufanista; precisamos levar o **INPI** e seus servidores a sério imediatamente.

1 - "As dificuldades operacionais da autarquia, que possui 201.773 pedidos de patente pendentes de decisão final (Clique aqui.), exige a implementação de políticas públicas sérias voltadas à aceleração dos processos de exame, passando pela integração a seus quadros de um número razoável de servidores com conhecimento técnico adequado, como vem sendo feito nos últimos anos" STJ, 3ª Turma, Min. Nancy Andrighi, REsp 1840910/RJ, 07.11.2019.

2 - Denominado de "A Ampliação dos custos para o Sistema Único de Saúde pela Extensão da vigência das patentes de medicamentos", 2019.

3 - A ADIN 5529 de relatoria do Min. Luiz Fux está

Continuação: Levando o INPI a sério

aguardando pauta (99/2019) de julgamento no STF, desde setembro deste ano, carecendo, apenas, de decisão do Presidente do Excelso Pretório para efetiva deliberação colegiada.

4 - Vide dados em [Clique aqui](#)..

5 - Como, por exemplo, PLS 62/2017 de autoria do Senador Agripino Maia (DEM).

6 - Pelos dados do Lattes ([Clique aqui](#).) há apenas 218.562 doutores no país, o que significa um número ínfimo de profissionais face a uma população de mais de 210 milhões de brasileiros ([Clique aqui](#).), acessado em 08.11.2019.

7 - "Preço pago como retribuição à análise de pleito de registro de marcas ou proteção das topografias de circuitos integradas ou pedidos de patentes no sistema de proteção à **propriedade** intelectual não ostenta compulsoriedade, possuindo natureza jurídica de tarifa ou preço público, devida por interesse do particular. Art. 228 da lei 9.279/96. Súmula 545 do STF. Precedente: ADI 800, de relatoria do ministro Teori Zavascki, Tribunal Pleno, DJe 1º.07.2014 (...) Em relação à determinação de pagamento ao **INPI** pelos serviços prestados em defesa do direito de **propriedade** intelectual, sem a fixação de base de cálculo ou alíquota, também não depreendo vício de inconstitucionalidade. Isso porque não se extrai do preço pago como retribuição à análise de pedido de registro natureza de taxa tributária ou sequer tributária, nos termos do art. 3º e 77 do Código Tributário Nacional. De acordo com entendimento

sumulado desta Corte, "[p]reços de serviços públicos e taxas não se confundem, porque estas, diferentemente daqueles, são compulsórias e têm sua cobrança condicionada à prévia autorização orçamentária, em relação à lei que as instituiu." (Súmula 545 do STF). No presente caso, o custeio desses serviços prestados pelo **INPI** não ostenta compulsoriedade própria de taxas, assim como a utilidade pública em si não está associada a prestações da estatalidade em sentido estrito." STF, Pleno, min. Edson Fachin, ADI 3863/DF, J. 20.09.2018.

8 - "If everyone invests in the litigation merry-go-round, innovation is tossed aside, grid-lock sets in, and we all lose out." HELLER, Michael. *The grid lock economy: how too much ownership wrecks markets, stops innovation, and costs lives*. Basic Books, 2010.

***Pedro** Marcos Nunes Barbosa é sócio do escritório **Denis Borges Barbosa Advogados**. Professor de Propriedade Intelectual do Departamento de Direito da PUC/RJ, doutor em Direito Comercial (USP), mestre em Direito Civil (UERJ) e especialista em Direito da Propriedade Intelectual (PUC-Rio).

Pedro Marcos Nunes Barbosa

Índice remissivo de assuntos

Patentes

3

Pirataria

4

Marco regulatório | INPI

5, 6

Propriedade Intelectual

6